

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Plano Regional de Ordenamento do Território



VOLUME II
Caracterização e Diagnóstico

FEVEREIRO 2004

- Agricultura e Desenvolvimento Rural

ANEXO C

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. A SITUAÇÃO DE PARTIDA.....	5
A. Macro-económica e social:.....	5
B. Sectorial:	7
C. Por fileira:	13
D. Territorial:	32
3. AS PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO/ OBJECTIVOS	38

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da produção de ovinos no Algarve entre 1979 e 1999	9
Gráfico 2 - Evolução da produção de caprinos no Algarve entre 1979 e 1999	9
Gráfico 3 - Evolução da produção de bovinos no Algarve entre 1979 e 1999	10
Gráfico 4 - Evolução da produção de suínos no Algarve entre 1979 e 1999	10

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 2 – Mapa das Zonas Desfavorecidas do Algarve	34
Figura 3 – Mapa da zona de produção de <i>Citrinos do Algarve IGP</i>	35
Figura 4 – Mapa da zona de produção de Mel da Serra de Monchique DOP	35

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Peso das actividades agrícolas na economia regional (2000).....	5
Tabela 2 - Estrutura do emprego (2000).....	5
Tabela 3 - Rendimento primário e disponível das famílias (2000).....	5
Tabela 4 - População no Algarve.....	6
Tabela 5 - Os agricultores do Algarve (RGA, 1999).....	6
Tabela 6 - Explorações agrícolas no Algarve 1999.....	7
Tabela 7 - Estrutura das explorações agrícolas em 1999 e respectiva evolução recente.....	7
Tabela 8 - Peso do Algarve no total continental (1999).....	7
Tabela 9 - Utilização das terras aráveis no Algarve – principais culturas (1989,1999).....	8
Tabela 10 - Utilização das terras florestais no Algarve – principais espécies (1989, 2003).....	8
Tabela 11 - Pecuária no Algarve - evolução do número de explorações e do efectivo.....	8

1. INTRODUÇÃO

O Plano Regional de Ordenamento do Território para o Algarve é uma oportunidade privilegiada para repensar a estratégia a seguir na agricultura, silvicultura e pecuária do Algarve, sendo certo que a União Europeia aprovou recentemente uma reforma da PAC que enfatiza o papel dos agricultores como guardiães do espaço rural e da paisagem e preconiza uma agricultura mais multifuncional e sustentável, e portanto mais próxima daquela que tradicionalmente se praticava nesta região.

A orientação preconizada deve promover uma alteração na tendência de abandono que se tem vindo a acentuar nos últimos anos, face à debilidade do tecido produtivo no contexto dum mercado único, aberto, vasto, concorrencial e de grande agressividade, onde tem de imperar **a qualidade, a organização e o sentido de oportunidade.**

O objectivo será que esta proposta, tendo em conta os diversos territórios que se podem caracterizar no Algarve, possa propor orientações que potenciem a exploração das suas actividades produtivas mais relevantes - citricultura, horto-floricultura, viticultura, pomar tradicional de sequeiro, pecuária e floresta – bem como o seu papel na manutenção dos espaços rurais e luta contra a desertificação.

O objectivo geral da Estratégia para a Agricultura e Desenvolvimento Rural apresenta-se como o incentivo a uma sólida aliança entre a agricultura enquanto actividade produtiva moderna e competitiva, e o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais nas vertentes ambiental, económica e social.

2. A SITUAÇÃO DE PARTIDA

O diagnóstico da situação no que concerne à agricultura/silvicultura e pecuária no Algarve deve ser feito abordando as perspectivas macro-económica e social, sectorial, de fileira e espacial. É a combinação destas várias vertentes que permitirá elaborar propostas tendo em vista o ordenamento do território.

A. Macro-económica e social:

É fundamental ter-se presente qual a importância do sector agrário na região, tanto no domínio económico como no social.

No que respeita à apreciação económica global da agricultura na região, há que ter presente que a produção do ramo agrícola a preços base de 1995 cresceu 11.9% entre 1995 e 1999, o que se ficou a dever principalmente ao aumento nas hortícolas e citrinos, enquanto os consumos intermédios cresceram 12.9%. O VABpb cresceu assim apenas 11,2%, mas o consumo de capital fixo diminuiu 12%, o que permitiu que o VALpb tivesse aumentado 15,5%.

Os indicadores disponíveis, que se apresentam nas tabelas seguintes, aconselham a que as políticas de desenvolvimento regional respeitem o papel estratégico, e não meramente subsidiário, da agricultura e da actividade no meio rural, pelo seu significativo contributo na economia regional e nas pequenas economias familiares, com imensas potencialidades específicas por explorar, geradoras de oportunidades de desenvolvimento de novas actividades e empregos, e constituindo, por isso, factor de estabilização das famílias e congregante das comunidades rurais.

Tabela 1 - Peso das actividades agrícolas na economia regional (2000)

	VABpb		Emprego total		Emprego remunerado	
	Continente	Algarve	Continente	Algarve	Continente	Algarve
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura (%)	3.2	3.8	9.4	9.9	1.9	9.2

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas

Tabela 2 - Estrutura do emprego (2000)

	Continente	Algarve
Homens	2.694.753	302.284
Mulheres	2.213.774	314.021

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas

Tabela 3 - Rendimento primário e disponível das famílias (2000)

	Rendimento primário	Rendimento disponível
Algarve	3.081	2.991
Continente	77.420	73.812

Fonte: INE, Estatísticas agrícolas

Tabela 4 - População no Algarve

		1999
POPULAÇÃO AGRÍCOLA E SUA IMPORTÂNCIA NA POPULAÇÃO RESIDENTE	População agrícola (número)	47.972
	População residente (número)	348.650
	Peso da população agrícola na população residente (%)	13.8
PRODUTORES AGRÍCOLAS	Peso dos produtores na população agrícola (%)	38.9
	Peso dos produtores com idades superiores a 55 anos no total dos produtores (%)	76.8

Fonte: INE – RGA 1999

Tabela 5 - Os agricultores do Algarve (RGA, 1999)

Percentagem de agricultores por grupos etários no Algarve	<25 anos	25-40 anos	40-54 anos	55-64 anos	>65 anos
	0.2%	4.4%	18.6%	26.5%	50.3%
Percentagem de agricultores segundo o tempo dedicado à agricultura	<50%		50%-100%		100%
	63.1%		30.7%		6.2%
Agricultores com actividade remunerada exterior à exploração	No sector primário		No sector secundário		No sector terciário
	1.583		3.255		9.132
	189		104		288
Percentagem de agricultores por nível de instrução	Sem instrução	Formação básica	Formação secundária	Formação superior	
	39.1 %	55.0%	3.1% %	2.7 %	

Fonte: INE- RGA 1999

A agricultura, produção animal, caça e silvicultura, que representa 3,2% do VABpb do Continente, representa 3,8% do mesmo indicador no Algarve. Nesta região o emprego na agricultura, produção animal, caça e silvicultura representa 9,9% do emprego total e 9,2% do emprego remunerado, enquanto no total do Continente a agricultura, produção animal, caça e silvicultura detêm apenas 9,4% do emprego total e 1,9% do emprego remunerado (INE, 2000).

Contrariamente ao que acontece no Continente, onde 45% dos empregados na agricultura são mulheres e 55% são homens, no Algarve 51% são mulheres e 49% são homens. De acordo com o RGA de 1999 (INE, 1999) o peso da população agrícola na população residente é no Algarve de 13,8%. Desta população, 38,9% são produtores agrícolas, dos quais 76,8% têm mais de 55 anos e apenas 4,6% têm menos de 40 anos, o que significa que o ciclo de vida da empresa agrícola se encontra, na esmagadora maioria dos casos, na fase de declínio, característica das idades avançadas, e apenas numa baixíssima percentagem o comportamento dos agricultores se caracterizará pela procura de tecnologias mais eficientes do ponto vista técnico e económico e pela realização de investimentos, tanto de curto como de longo prazo.

A maior parte dos agricultores (63,8%) dedica menos de metade do seu tempo à agricultura, sendo que apenas 6,2% dos agricultores se dedicam a esta actividade a tempo inteiro. A estes aspectos deve-se ainda adicionar o facto de que 94,1% dos agricultores do Algarve não possui mais do que o ensino básico, havendo uma importante percentagem (39,1%) que não possui mesmo qualquer nível de instrução.

Os agricultores que têm uma actividade remunerada exterior à exploração, principal ou secundária, têm-na principalmente no sector terciário (respectivamente 65% e 50% dos agricultores têm-na neste sector). No entanto, quando essa actividade é secundária, há também uma importante percentagem de agricultores que a exercem no sector primário (33%).

B. Sectorial:

Os dados, a este nível, são apresentados nas tabelas seguintes (tabelas 6 a 11):

Tabela 6 - Explorações agrícolas no Algarve 1999

Área média das explorações (ha)	5.37 ha
Blocos/exploração (nº)	4.64
Número de explorações	18 971 explorações
Área total das explorações	227.578 ha dos quais: 44.8 % Superfície Agrícola Útil 26.5% de matas sem culturas sob coberto 27.3% de superfície agrícola não utilizável
Superfície Agrícola Útil	101.932 ha dos quais: 33.6% Terra arável limpa 55.2 % culturas permanentes 10.5% pastagens permanentes 0.6% de matas e florestas c/ culturas sob coberto

Fonte: INE - RGA, 1999

Tabela 7 - Estrutura das explorações agrícolas em 1999 e respectiva evolução recente

		Algarve
Explorações agrícolas	Nº	18.971
	% do Continente	5
	Variação 89-99 (nº)	- 27.4 %
SAU	ha	101.926
	Variação 89-99	- 25.6 %
SAU média	ha	5.37
	Variação 89-99	+ 2.6 %

Fonte: INE – RGA 1989, 1999

Tabela 8 - Peso do Algarve no total continental (1999)

	Peso do Algarve no total Continental (%)
SAU	3.5
Número de explorações agrícolas	4.3

Fonte: INE, estatísticas agrícolas

Tabela 9 - Utilização das terras aráveis no Algarve – principais culturas (1989,1999)

	1989		1999	
	Área (ha)	Peso (%)	Área (ha)	Peso (%)
Cereais	23.725	24	8.854	12
Leguminosas Secas	2.095	2	818	1
Forrageiras	4.058	4	6.090	8
Batata	2.274	2	667	0.9
Horticol. ar livre/abrigo baixo	4.881	5	4.102	6
Horticol. em estufa, abrigo alto	910	1	582	0.7
Citricos	14.808	15	15.124	20
Frutos frescos	6.199	6	3.792	5
Frutos secos	26.721	27	25.260	34
Olival	7.693	8	8.788	12
Vinha	4.448	5	2.993	4
TOTAL	97.812	100	74.578	100

Fonte: INE, estatísticas agrícolas

Tabela 10 - Utilização das terras florestais no Algarve – principais espécies (1989, 2003)

		1989		1998	
		Área (ha)	Peso (%)	Área (ha)	Peso (%)
Pinheiro	Total	7.267	13	14.916	15.3
	P. bravo			5.954	
	P. manso			8.962	
Azinhreira/sobreiro		30.340	56	48.421	49.8
Eucalipto		10.862	20	28.612	29.4
Outras folhosas		6.100	11	5.377	5.5
TOTAL		54.569	100	97.326	100

Fonte: DRAAIG – Direcção de Serviços de Florestas e Direcção de Serviços de Planeamento e Política Agro-alimentar; PROF (2003) - Áreas dos povoamentos florestais, por espécie, no Algarve (Fonte: DGF, IFN 3ª revisão 1995-1998).

Tabela 11 - Pecuária no Algarve - evolução do número de explorações e do efectivo

		1989	1999
Nº total de explorações agrícolas		26.143	18.971
Ovinicultura	N.º de explorações	3.094	1.793
	Efectivo	69.000	68.217
Caprinicultura	N.º de explorações	2.560	1.422
	Efectivo	27.900	22.351
Bovinicultura	N.º de explorações	2.996	902
	Efectivo	23.300	12.008
Suinicultura	N.º de explorações	7.638	4.174
	Efectivo	73.800	67.558

Fonte: INE – RGA 1989, 1999.

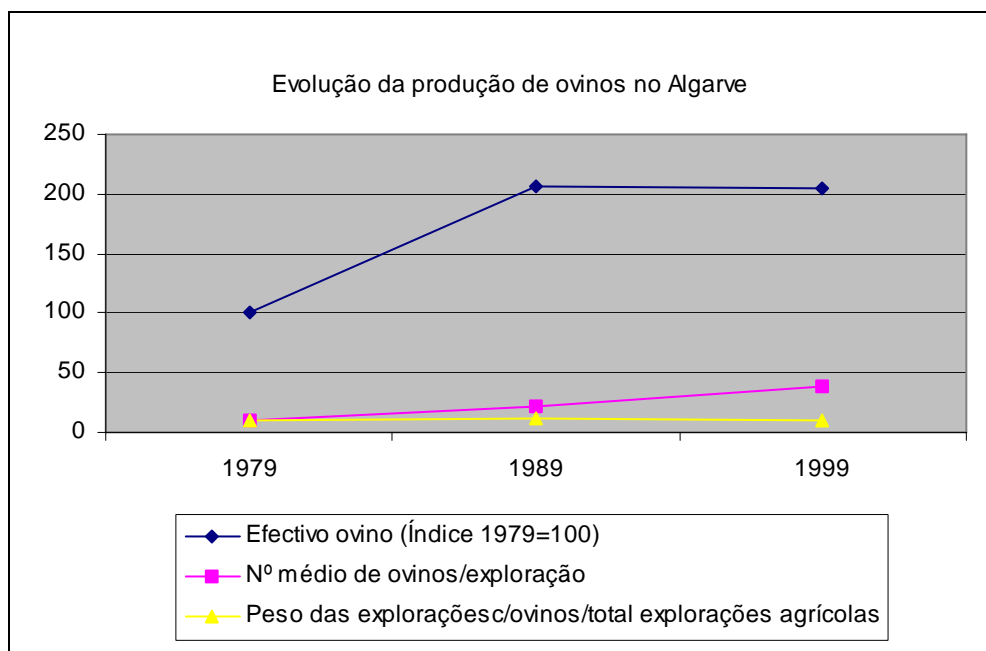
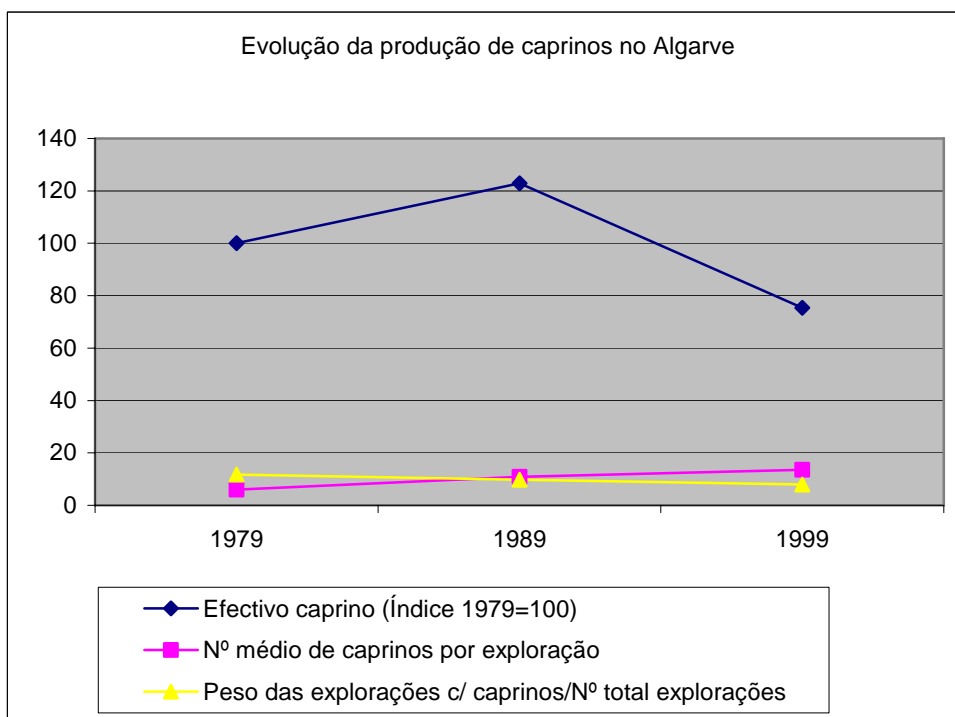
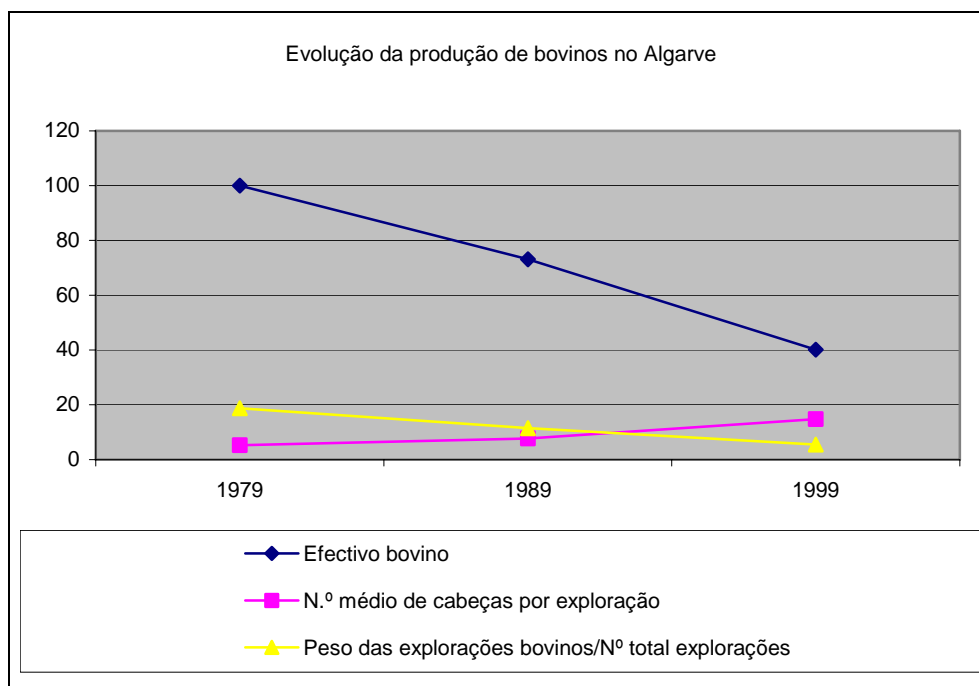
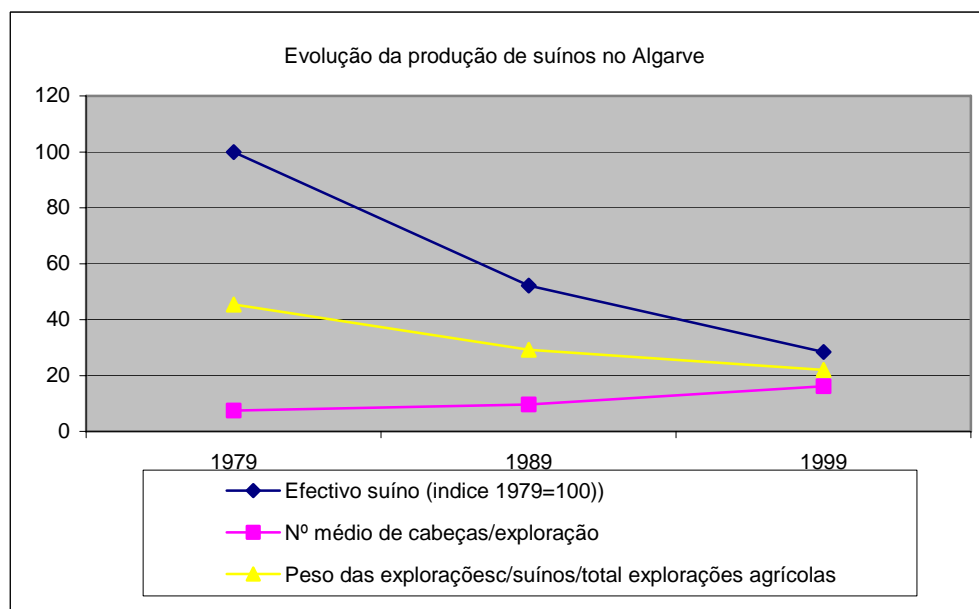
Gráfico 1 - Evolução da produção de ovinos no Algarve entre 1979 e 1999

Gráfico 2 - Evolução da produção de caprinos no Algarve entre 1979 e 1999


Gráfico 3 - Evolução da produção de bovinos no Algarve entre 1979 e 1999

Gráfico 4 - Evolução da produção de suínos no Algarve entre 1979 e 1999


De acordo com o RGA de 1999, o Algarve tem 18.971 explorações agrícolas, com uma área média por exploração de 5,37 ha, divididos em média por 4,64 blocos. A área total ocupada por estas explorações agrícolas é de 227.578 ha dos quais 44.8 % são de Superfície Agrícola Útil (SAU), 26.5% são de matas sem culturas sob coberto e 27.3% de superfície agrícola não utilizável. A ocupação dos 101.932 ha de SAU é a seguinte: 33.6% correspondem a ha de terra

arável limpa, 55.2 % são culturas permanentes, 10.5% são pastagens permanentes e 0.6% são matas e florestas c/ culturas sob coberto.

A evolução recente destes números confirma uma tendência para o abandono da agricultura – entre 1989 e 1999 o número de explorações agrícolas reduziu-se 27,4% e a SAU reduziu-se 25,6% - e o fraco peso da agricultura algarvia no total do Continente – o Algarve detém 4,3% do total de explorações agrícolas do Continente e 3,8% da SAU continental.

Em termos de apoios, é de salientar que o Algarve é a única região do País em que o nível de apoios ao investimento é superior ao nível de apoios ao rendimento. Segundo dados do INGA para as 5 campanhas de 1997/98 a 2001/02, cujo montante médio de ajuda por ano no Continente foi de 550.838 €, a distribuição das mesmas pelos diferentes sectores foi a seguinte:

Culturas arvenses e arroz (+ co-financiada)	36,9%
Azeite	7,7%
Vacas aleitantes	12,4%
Indemnizações compensatórias (animais e superfícies)	8,4%
Bovinos machos	5,2%
Ovinos e caprinos	9,3%
Restantes sectores	20,2%

Para o mesmo período de tempo, as ajudas ao rendimento no Algarve foram de apenas 5.966 €, distribuídas da seguinte forma:

Culturas arvenses e arroz (+ co-financiada)	17,0%
Azeite	10,2%
Vacas aleitantes	12,5%
Indemnizações compensatórias (animais e superfícies)	28,1%
Bovinos machos	5,3%
Ovinos e caprinos	19,7%
Restantes sectores	7,2%

No Algarve, como é facilmente observável, são as indemnizações compensatórias que têm maior peso, seguidas dos ovinos e caprinos. Esta situação resulta claramente do facto de as actividades apoiadas não serem as que predominam na agricultura algarvia. De facto, se não considerarmos as indemnizações compensatórias, que não estão directamente relacionadas com as culturas praticadas, verifica-se que as principais ajudas, que representam 78% da totalidade das ajudas pagas, em média, no Continente e 91,1% da totalidade das ajudas pagas, em média, no Algarve, destinam-se às culturas arvenses, arroz e azeite, cuja área produtiva representa apenas 23,7% da utilização das terras aráveis do Algarve, ou aos bovinos, ovinos e caprinos, que existem em apenas 21,7% das explorações agrícolas do Algarve.

Os animais adultos pagos (bovinos machos, vacas aleitantes e ovinos e caprinos) representam 40% do total do efectivo bovino e 59% do total dos efectivos de ovinos e caprinos existentes no Algarve. Se é verdade que é aqui que a representatividade destas ajudas é maior, as ajudas pagas a estas actividades animais no Continente representam apenas 26,9% da totalidade das ajudas ao rendimento, sendo que, destas, apenas 1,51% vêm para o Algarve (ou seja, o Algarve recebe, para os animais, 0,41% do total de ajudas directas pagas no Continente) (Ministério da Agricultura, 2004 - *site*).

Estes factos são tanto mais importantes quanto as razões que presidiram à instituição destas ajudas – diminuição dos preços ao produtor como consequência da abertura dos mercados e das negociações da Organização Mundial do Comércio – são igualmente válidas para as produções mais importantes da economia agrária da região – citrinos e hortícolas. Quanto aos restantes apoios ao rendimento, apenas são relevantes as Medidas Agro-Ambientais.

Em termos de apoio ao investimento, podemos constatar (IFADAP, 2000) que no Algarve se investiram, ao longo do último QCA (1994-1999), e para as cinco medidas para as quais há dados regionalizados e divididos por concelho – Medida 1: Infra-estruturas; Medida 2: Apoio às explorações agrícolas; Medida 3: Florestas; Medida 4: Investigação, experimentação, demonstração, formação, organização, divulgação e estudos estratégicos; Medida 5: Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas – 185.682 Mil €, o que representa 7% do montante total investido no Continente nestas medidas.

O número de projectos aprovados no Algarve, durante a vigência do último QCA (1994-1999), de novo para as medidas para as quais há números regionalizados, foi de 2.999, representando também 7% do número de projectos apresentados no Continente. Ou seja, quer em montante investido, quer em número de projectos apresentados, o Algarve está acima da representatividade da sua agricultura no País (recorde-se que o Algarve detém 4,3% do total de explorações agrícolas do Continente e 3,8% da SAU continental). Em termos gerais, podemos afirmar que o Algarve recebeu, em média, por projecto aprovado, 177 mil €, contra uma média de 201 mil € no Continente, ou seja cerca de 88,2% do que, em média, se recebeu no Continente para apoio ao investimento (IFADAP, 2000).

É interessante analisar ainda os números relativos ao PAMAF desagregados por medidas. Assim, embora em média o investimento no Algarve seja 7% do investimento no Continente, há algumas medidas em que a percentagem apresentada por esta região excede largamente este número. É o caso das medidas 1 (15%) e 3 (9,5%) o que demonstra por um lado o interesse dos agentes intervenientes em apostar na melhoria das infraestruturas básicas da região (com a medida 1) e a dinâmica do sector florestal algarvio. A medida 2 aproxima-se bastante da média, representando 7,5% do investimento nacional. Quanto às medidas 4 e 5, e sabendo que a componente IED tem uma certa dinâmica na região, podemos afirmar que o facto de a percentagem afecta à medida 4 estar claramente abaixo da média para o Algarve (3,9%) reflecte seguramente o desajustamento que se faz sentir entre a realidade do sector e as exigências do regulamento para o cumprimento do objectivo de recuperação financeira das organizações; o mesmo se faz sentir em relação à medida 5, para a qual o Algarve representa apenas 2,2% do investimento a nível nacional – esta medida, privilegiando os investimentos por OP's e AP's em situação financeira comprovadamente equilibrada, dificilmente se ajusta à realidade do Algarve.

Apesar do que ficou dito, a comparação dos números, no que respeita ao investimento dos particulares, nomeadamente a medida 2, para a modernização e reconversão das explorações agrícolas e a medida 3, para as florestas, entre o Continente e o Algarve, mostram que o investimento por projecto, na medida 2, foi maior no Algarve do que no Continente (41.124 €/projecto no Algarve, contra 40.160 € no Continente), enquanto que no que respeita às florestas

se passa o contrário: o investimento por projecto, no Algarve, representa apenas 77,7% do investimento por projecto no Continente (23.746 €/projecto no Algarve, contra 30.566 € no Continente).

A política agrícola seguida (acompanhada de outros factores, como o aumento de custo da mão de obra, a crescente importância do sector terciário e as mudanças sofridas ao nível dos preços e mercados na agricultura) teve importantes repercussões na utilização de terras aráveis. Ao longo dos anos que mediam entre os dois recenseamentos gerais da agricultura (1989, 1999) houve um estrangulamento no que respeita à diversificação da agricultura algarvia, com as culturas forrageiras, os citrinos e, embora em menor grau, os frutos secos, a ganharem peso relativamente a todas as outras culturas que, tradicionalmente, constituíam a base do rendimento agrícola da região. No entanto, a situação no que respeita a estas culturas, é diversa: enquanto os citrinos e as culturas forrageiras ganharam peso relativo e peso absoluto, os frutos secos ganharam peso relativo mas perderam área, ou seja, perderam peso absoluto. Sendo este um sector em recessão, com um crescente desinteresse dos agricultores nomeadamente na cultura da amêndoa, é preocupante que represente 34% da utilização de terras aráveis no Algarve. Houve uma significativa redução da área de vinha, sobretudo para vinho e a produção pecuária, ao nível dos pequenos ruminantes, sofreu uma relativa estabilização, com menor número de produtores mas efectivos maiores por exploração e mesmo peso relativo na produção regional. Os bovinos e suínos sofreram também uma expressiva redução, que neste caso chegou mesmo a perda de peso relativo na produção regional.

Quanto às florestas, as áreas de pinheiro, sobreiro/azinheira, eucalipto e outras folhosas cresceram bastante entre 1989 (DRAAlg) e 1998 (*in* PROF (2003) - Fonte: DGF, IFN 3ª revisão 1995-1998). Este facto é facilmente explicado se nos concentrarmos nas diversas componentes do investimento em floresta: 46% do total investido foi na componente (re)arborização. Os restantes 54% foram gastos em beneficiação dos povoamentos existentes (36,8%), infraestruturas (5,8%), uso múltiplo (3,5%), manutenção de povoamentos (0,8%), viveiros e melhoramentos florestais (3,5%), estudos de ordenamento e planeamento florestal (0,5%) e outros (3,0%).

No que respeita aos produtores, é preocupante o acentuado envelhecimento e o baixo nível de instrução da população agrícola sendo também de relevar o elevado contributo da agricultura a tempo parcial para o rendimento das famílias.

C. Por fileira:

Com esta abordagem, pretende-se realçar os aspectos mais relevantes de cada fileira, as suas potencialidades e os seus estrangulamentos para que, com base nesta apreciação, se possam perspectivar formas de actuação.

A agricultura do Algarve caracterizou-se nas últimas décadas por uma especialização na fruticultura, especialmente citricultura, e na horticultura.

Contudo, continuam com grande importância económica e social as fileiras da alfarroba e frutos secos em geral, da fruticultura diversa, da floresta, da pecuária (extensiva, nomeadamente de pequenos ruminantes e intensiva, nomeadamente de suínos) e da vinha.

Como pontos mais relevantes, que carecem de aprofundamento, consideram-se os seguintes:

- evolução recente de áreas e número de explorações
- evolução dos rendimentos agrícolas gerados na actividade

- organização da produção (n.º de organizações por tipo, reconhecimento como OP ou AP, respectiva representatividade)
- comercialização e mercados

Em seguida apresentam-se alguns aspectos que caracterizam actualmente as fileiras já enunciadas.

Citricultura - Dos cerca de 15 000 ha de pomares de citrinos recenseados em 1999, cerca de 1/3 têm deficiências de natureza produtiva e/ou sanitária, decorrentes, entre outras causas, da utilização de porta-enxertos inadequados (não resistentes ao CTV), de variedades desajustadas ao mercado e da decrepitude dos pomares. Devem, por isso, ser reconvertidos e/ou definitivamente abandonados (arrancados).

Horticultura e Floricultura – Dos cerca de 900 ha de estufas existentes em 1989, existiam aquando do recenseamento de 1999 cerca de 600 ha e este número tem tendência a descer. A floricultura e horticultura ornamental são potencialidades que ainda não têm expressão ao nível de utilização da SAU – no recenseamento de 1999, apenas 66 ha (representando 0,06% da SAU) em 66 explorações (representando 0,3% das explorações) se dedicavam às flores e plantas ornamentais.

As estufas existentes têm muitas vezes deficiências graves ao nível das condições de produção e as deficiências das estruturas não permitem o desenvolvimento tecnológico que conduziria a maiores produções e menores custos. Para além deste aspecto, a comercialização continua a representar um problema para esta actividade.

As limitações a esta actividade, que tem óptimas condições de desenvolvimento no Algarve, mercê das condições edafo-climáticas e agro-ecológicas aqui existentes, são de um modo geral a falta de organização dos agricultores e o alto nível de endividamento, que condiciona fortemente a possibilidade de investir, posto que as estufas que respondem às necessidades de desenvolvimento da actividade exigem um elevado investimento/ha.

Acresce ainda o facto de haver poucos estudos tecnico-económicos sobre esta actividade, que possam contribuir para um redimensionamento dos factores limitantes, nomeadamente a mão-de-obra.

Alfarroba e pomar tradicional de sequeiro – Embora a alfarroba seja uma espécie com excelente adaptabilidade às condições edafo-climáticas do Algarve, haja área disponível para a cultura e as O.P.'s existentes sejam dinâmicas e interessadas, continua a registar-se uma fraca organização da produção, e os pomares não estão nas melhores condições, apesar de os planos de melhoria das O.P.'s já se fazerem sentir. É uma fileira onde há condições para o aumento da área de produção. O pomar tradicional de sequeiro beneficia igualmente da existência dos planos de melhoria das O.P.'s, mas a perda de valor dos produtos que lhe estão associados, à excepção da alfarroba, a dispersão da propriedade, o envelhecimento e desertificação humana do interior e a não existência de indústrias (artesanais ou industriais) de transformação contribuem para o abandono dos pomares.

Fruticultura diversa – A fruticultura é um potencial importante a explorar nas áreas de regadio, possibilitando diversificação cultural. No entanto é prejudicada pela falta de organização dos produtores, pela dispersão da propriedade, pelas dificuldades de comercialização devido a perecibilidade dos frutos e pela não existência de indústrias de transformação.

Floresta – A área florestal do Algarve tem aumentado significativamente nos últimos anos. Actualmente, cerca de metade das terras florestais estão ocupadas com azinheira/sobreira e outras folhosas e as restantes com pinheiro e eucalipto.

Tradicionalmente, a floresta algarvia caracteriza-se por uma utilização múltipla, agrícola e pecuária, passível de recuperação quando se pretenda valorizar produções complementares. Há que ter especial atenção à necessidade de compatibilizar todas as actividades dos sistemas agrários que integram a floresta (como por exemplo a pecuária) com os elementos naturais e a estrutura sócio-cultural e económica das comunidades rurais que gerem estes territórios, evitando ou minimizando perturbações derivadas da introdução de factores exógenos.

Os incêndios do último Verão tornaram bem patente a enorme fragilidade destes ecossistemas, que no entanto podem beneficiar do facto de estar em elaboração um Plano de Ordenamento Florestal. Torna-se imprescindível ordenar os espaços florestais por forma a torná-los rentáveis e a defendê-los dos desastres naturais. Existe também um grande potencial na exploração da caça e da pesca em águas interiores, para o que contribuem factores potenciadores como seja a forte indústria turística do litoral. A caça maior de cervídeos é uma oportunidade a explorar. À caça podem associar-se actividades de lazer e recreio florestal, a gastronomia tradicional e o turismo rural. Será especialmente interessante, no âmbito dos recentes desenvolvimentos da Política Agrícola Comum (PAC) o estudo da sustentabilidade dos espaços florestais numa perspectiva de uso múltiplo e da produção de produtos não florestais nestes espaços.

Pecuária extensiva

Caprinicultura – Estima-se para esta actividade um efectivo de cerca de 22.000 animais em 1.400 explorações. O efectivo médio por rebanho é de cerca de 16 animais.

As limitações para o desenvolvimento desta actividade nos moldes e com os actuais agentes situam-se ao nível da disponibilidade de factores de produção além do efectivo animal, nomeadamente terra suficiente, infraestruturas rurais nas explorações, por exemplo currais, energia eléctrica, água canalizada, etc..

A proposta de denominação de origem para alguns produtos provenientes desta actividade e a multifuncionalidade tradicionalmente aliada à sua exploração são factores a ponderar no desenvolvimento de propostas.

Ovinicultura – A relativa estabilidade do efectivo que se verificou nos últimos anos foi acompanhada de uma tendência para o aumento do n.º médio de ovinos por exploração. O facto de a DRAAlg ter uma proposta de denominação de origem da raça churra algarvia aliado à compatibilidade possível desta actividade com os sistemas florestais multifuncionais, aconselham a implementação de acções para a melhoria das condições de produção e o aumento da rentabilidade.

Pecuária intensiva

Neste campo, os factores de produção têm de um modo geral um custo elevado, para um baixo rendimento do produto acabado. A procura é demasiado sazonal. Seria importante potenciar a produção de biogás, com ganhos ambientais e económicos. A concorrência com Espanha é óbvia para alguns produtos e tem sido difícil aproveitar as potencialidades existentes.

Com base em documentos da DRAAlg, pode-se fazer a seguinte análise SWOT para estas fileiras:

CITRICULTURA

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Produção - Condições de produção - Infraestruturas de apoio - Tecnologias - Produção/produktividade - Rendimento	Tipo e nível de utilização dos factores de produção Condições sanitárias Tipo de mão de obra e empresário Diversificação e inovação tecnológica Especialização e orientação produtiva Impacto das políticas recentes de preços e mercados e sócio-estruturais	<ul style="list-style-type: none"> . Solos com elevado potencial . Clima favorável . Entrada em funcionamento de novos regadios colectivos . Evolução rápida e favorável das tecnologias de produção nos pomares mais recentes . Investigação e cooperação com os agricultores na área da protecção integrada . Investigação em curso sobre vários problemas do sector (projectos IED) . Existência de uma estrutura de produção de material vegetal base com garantia . Composição do pomar bastante diversificada por forma a cobrir um período de produção bastante largo . Garantia de escoamento 	<ul style="list-style-type: none"> . Debilidade organizacional . Descapitalização . Falta de organização dos produtores . Reduzida cobertura das produções . Uso inadequado de pesticidas e fertilizantes . Utilização de tecnologias pouco evoluídas e variedades ultrapassadas em larga percentagem do pomar regional . Inexistência de uma estrutura de IED que responda às necessidades do sector em matéria de obtenção e difusão de tecnologias e inovação . Grande dispersão e insuficiente controle da actividade viveirista
Organização sectorial e distribuição - Concentração da oferta - Inovação (processos, produtos, tecnologias) - Domínio dos circuitos de comercialização - Domínio dos canais de distribuição - Papel dos canais (grossistas/retalhistas) no comércio dos produtos - Logística (rede de transportes) - Estratégias empresariais - Estrutura financeira - Internacionalização	Papel e peso das OP's e/ou outras formas de organização Grossistas Grandes superfícies	<ul style="list-style-type: none"> . Capacidade agro-industrial instalada . Disponibilidade de meios técnicos de preparação para o mercado . Possibilidades das OP's de garantir aprovisionamentos . Ligação íntima com a produção . Fácil domínio da produção em quantidade e qualidade . Peso crescente das grandes superfícies no aprovisionamento regional . Facilidade de redução de custos (laborais, fiscais, etc.) por parte dos grossistas 	<ul style="list-style-type: none"> . Debilidade organizacional. . . OP's com baixo nível de relação comercial e comercialização pouco eficaz . Relação associativa pouco intensa . Baixa capacidade de realização . Capacidade técnica reduzida . Grossistas com forte dependência das disponibilidades da produção . Reduzida capacidade negocial da produção face ao mercado . Dificuldades de escoamento dos produtos
Valorização dos produtos - Diferenciação/Segmentação - Dimensão dos mercados locais - Articulação com as actividades a jusante - Poder de compra regional	Circuitos comerciais Concorrência Consumidor Mercados locais Tipo de produtos Produtos diferenciados Capacidade instalada Dimensão das indústrias Marketing	<ul style="list-style-type: none"> . Novos hábitos de consumo . Crescente grau de exigência do consumidor . Possibilidades das OP's de garantir aprovisionamentos 	<ul style="list-style-type: none"> . Falta de requisitos em bens alimentares . Incumprimento das normas legais em vigor . Concorrência desleal . Insuficiências na comercialização de agro-químicos

OPORTUNIDADES

A produção nacional não é excedentária em relação ao consumo.

Possibilidade de expansão do regadio.

Projecto de formação de uma estrutura interprofissional que se dedique à investigação, divulgação e prestação de serviços em áreas consideradas prioritárias para o sector.

Possibilidade de acesso a medidas de apoio ao investimento na produção, promoção dos produtos e comercialização.

Implementação da Indicação Geográfica Protegida "**Citrinos do Algarve**" como forma de valorização do produto.

Possibilidade de melhorar significativamente a produtividade e qualidade com recurso a tecnologias adequadas.

Apoios comunitários favoráveis à expansão da cultura.

Aparecimento de OP's para a protecção integrada.

AMEAÇAS

Perda de capacidade concorrencial com produções de outras origens e dificuldades de comercialização.

Falta de formação e especialização dos diversos intervenientes da fileira.

Dispersão da produção e da oferta e insuficiente organização dos produtores e operadores no mercado.

Poucas unidades industriais para dar saída aos frutos de pequeno calibre.

Insuficiente controle fitossanitário dos produtos de origem vegetal importados.

Necessidade de homologação oportuna dos novos produtos fitofarmacêuticos.

HORTO-FLORICULTURA

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Produção - Condições de produção - Infraestruturas de apoio - Tecnologias - Produção/productividade - Rendimento - Pluriactividade	Tipo e nível de utilização dos factores de produção Condições sanitárias Tipo de mão de obra e empresário Diversificação e inovação tecnológica Especialização e orientação produtiva Impacto das políticas recentes de preços e mercados e socio-estruturais	<ul style="list-style-type: none"> . Solos com elevado potencial . Clima favorável à produção temporã . Possibilidade de expansão do regadio . Entrada em funcionamento de novos regadios colectivos . Potencial para a diversificação produtiva . Melhoria das técnicas de produção . Investigação e cooperação com os agricultores na área da produção/protecção integrada e agricultura biológica . Existência de um Centro de Experimentação na região com vasta experiência neste sector 	<ul style="list-style-type: none"> . Perda de competitividade das produções algarvias . Uso inadequado de pesticidas e fertilizantes . Estufas e abrigos de qualidade deficiente, não permitindo as necessárias condições de produção . Descapitalização dos produtores . Dispersão da propriedade . Elevado número de pragas e doenças
Organização sectorial e distribuição - Concentração da oferta - Inovação (processos, produtos, tecnologias) - Domínio dos circuitos de comercialização - Domínio dos canais de distribuição - Papel dos canais (grossistas/retalhistas) no comércio dos produtos - Logística (rede de transportes) - Estratégias empresariais - Estrutura financeira - Internacionalização	Papel e peso das OP's e/ou outras formas de organização Grossistas Grandes superfícies Pequenas e médias superfícies	<ul style="list-style-type: none"> . Disponibilidade de meios técnicos de preparação para o mercado . Ligação íntima com a produção . Fácil domínio da produção em quantidade e qualidade . Liberdade comercial . Facilidade de redução de custos (laborais, fiscais, etc.,) por parte dos grossistas . Peso crescente das grandes superfícies no aprovisionamento regional . Melhor rede de transportes e logística global 	<ul style="list-style-type: none"> . Comercialização pouco eficaz . Fraca concentração da oferta . Baixo nível de eficiência das estruturas disponíveis . Produtores desorganizados . Ausência de estratégias de marketing . Dificuldades de inovação . OP's com baixo nível de relação comercial e comercialização pouco eficaz . Relação associativa pouco intensa . Baixa capacidade de realização
Mercado e dinâmica comercial - Diferenciação/Segmentação - Dimensão dos mercados locais - Dimensão do mercado nacional	Circuitos comerciais Concorrência Consumidor Mercados locais Tipo de produtos Produtos diferenciados Marketing	<ul style="list-style-type: none"> . Novos hábitos de consumo . Crescente grau de exigência do consumidor . Produtos específicos de qualidade . Tendência para ligeiros aumentos de consumo . Novos produtos/espécies 	<ul style="list-style-type: none"> . Falta de requisitos em bens alimentares . Incumprimento das normas legais em vigor . Concorrência desleal . Mercados locais pequenos e pouco desenvolvidos . Circuitos comerciais deficientes . Desfasamento entre a procura local e a oferta local . Ausência de estratégias de marketing . Dificuldades de inovação . Mercados "saturados"/dificuldades de escoamento dos produtos

OPORTUNIDADES

Área com aptidão horto-florícola disponível, com solos e clima propícios à produção.

Novos regadios.

Empresários dedicados ao sector há vários anos, sendo fundamental a sua actualização técnica.

Possibilidade de uma diversificação cultural, face a novas solicitações do mercado.

Possibilidade de desenvolvimento da agricultura biológica e da produção/protecção integrada.

Possibilidade de desenvolvimento/aplicação de técnicas culturais menos poluentes.

Possibilidade de uso de novas tecnologias e novas actividades culturais.

Reconversão em curso dos abrigos elevados, com reflexos nos aumentos da produção e qualidade do produto.

AMEAÇAS

Falta de organização do mercado (oferta).

Os jovens que recorrem à formação profissional muitas vezes não iniciam a actividade.

“Perda de mercado” em favor de produtos externos.

Reduzida exportação dos produtos.

Custos de produção elevados e reduzidas margens de lucro.

Problemas fitossanitários importantes e de difícil controle nalgumas culturas.

Concentração de grandes quantidades de produto na mesma época para fugir a algumas pragas, nomeadamente *Bemisia Tabacci*.

Custos dos factores de produção elevados.

Necessidade de homologação de novos produtos fitossanitários para algumas espécies.

FRUTICULTURA DIVERSA

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Produção - Condições de produção - Infraestruturas de apoio - Tecnologias - Produção/productividade - Rendimento	Tipo e nível de utilização dos factores de produção Condições sanitárias Tipo de mão de obra e empresário Diversificação e inovação tecnológica e varietal Impacto das políticas recentes de preços e mercados e socio-estruturais	. Aproveitamento do regadio e das condições edafo-climáticas, possibilitando a diversificação cultural . Expansão de espécies e variedades de contra-estação . Melhoria das técnicas de produção . Investigação e cooperação com os agricultores na área da protecção integrada . Potencial para a diversificação produtiva . Existência de Centros de Experimentação na região com algum conhecimento neste sector	. Debilidade organizacional . Descapitalização . Falta de organização dos produtores . Reduzida cobertura das produções . Algum uso inadequado de pesticidas e fertilizantes, quer na quantidade, quer na oportunidade. . Perda de competitividade das produções algarvias . Dispersão da propriedade . Produtividade baixa . Necessidade de homologação de produtos fitossanitários para algumas espécies e alargamento para outras finalidades
Organização sectorial e distribuição - Concentração da oferta - Inovação (processos, produtos, tecnologias) - Domínio dos circuitos de comercialização - Domínio dos canais de distribuição - Papel dos canais (grossistas/retalhistas) no comércio dos produtos - Logística (rede de transportes) - Estratégias empresariais	Papel e peso das OP's e/ou outras formas de organização Grossistas Grandes superfícies	. Disponibilidade de meios técnicos de preparação para o mercado . Ligação íntima com a produção . Peso crescente das grandes superfícies no aprovisionamento regional . Facilidade de redução de custos (laborais, fiscais, etc.) por parte dos grossistas . Liberdade comercial . Melhoria na rede de transportes	. Debilidade organizacional . OP's com baixo nível de relação comercial e comercialização pouco eficaz . Relação associativa pouco intensa . Grossistas com forte dependência das disponibilidades da produção . Incapacidade da produção regional de trabalhar com as grandes superfícies . Comercialização pouco eficaz . Baixo nível de eficiência das estruturas disponíveis . Produtores pouco organizados . Ausência de estratégias de marketing . Estratégia empresarial fraca

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Mercado e dinâmica comercial - Diferenciação/ Segmentação - Dimensão dos mercados locais	Circuitos comerciais Concorrência Consumidor Mercados locais Tipo de produtos Produtos diferenciados Marketing	<ul style="list-style-type: none"> . Novos hábitos de consumo . Crescente grau de exigência do consumidor . Produtos específicos de qualidade 	<ul style="list-style-type: none"> . Falta de requisitos em bens alimentares . Incumprimento das normas legais em vigor . Concorrência desleal . Insuficiências na comercialização de agro-químicos . Mercados locais pequenos e pouco desenvolvidos . Circuitos comerciais deficientes . Desfasamento entre a procura local e a oferta local . Ausência de estudos de mercado . Ausência de estratégias de marketing . Dificuldades de inovação . Falta de circuitos de comercialização para as subtropicais

OPORTUNIDADES

Aproveitamento das potencialidades de novos regadios no Sotavento.

Existência de área com aptidão edafo-climática.

Promoção da fruticultura tendo em vista a capacidade de absorção pelo turismo.

Capacidade de apoio por técnicos que beneficiam de cursos de formação profissional.

Possibilidade de diversificação cultural (introdução de espécies não tradicionais).

Possibilidade de desenvolvimento da Agricultura Biológica e da Produção/Protecção Integrada.

AMEAÇAS

Invasão do mercado com fruta de outras proveniências a preços pouco concorrenciais.

Falta de organização do sector(oferta).

Reduzida exportação.

Limitações devido à má qualidade da água (salinidade) nalgumas zonas.

Dificuldades de comercialização devido a perecibilidade dos produtos.

Não existência de indústrias (artesaniais ou industriais) de transformação.

ALFARROBA

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Produção - Condições de produção - Infraestruturas de apoio - Tecnologias - Produção/produktividade - Rendimento - Pluriactividade	Tipo e nível de utilização dos factores de produção Condições sanitárias Tipo de mão de obra e empresário Diversificação e inovação tecnológica e varietal Impacto das políticas recentes de preços e mercados e socio-estruturais	. Boa adaptabilidade da espécie . Área disponível para a cultura . Existência de variedades bastante produtivas . Acentuada antecipação do início da produção com recurso a técnicas de multiplicação . Incentivo ao aumento da área em regime de “sequeiro ajudado” . Boa resposta à utilização das várias técnicas de produção . Facilidade de apanha dos frutos	. Actividade viveirista deficiente . Falta de ordenamento dos pomares
Organização sectorial e distribuição - Concentração da oferta - Domínio dos circuitos de comercialização - Domínio dos canais de distribuição - Papel dos canais (grossistas/retalhistas) no comércio dos produtos - Estratégias empresariais - Estrutura financeira	Papel e peso das OP's e/ou outras formas de organização Grossistas	. OP's existentes dinâmicas e interessadas . Concentração da oferta . Domínio dos circuitos de comercialização	. Fraca organização da produção
Mercado e dinâmica comercial - Dimensão dos mercados locais - Articulação com as actividades a jusante - Dimensão do mercado nacional - Qualidade - Tipificação	Circuitos comerciais Concorrência Consumidor Mercados locais Mercado nacional Tipo de produtos Marketing	. Valorização dos produtos através do aproveitamento industrial . Recurso a técnicas de marketing por parte dos agentes	

OPORTUNIDADES

Promoção de projectos de investigação/experimentação.

Melhoria das técnicas de produção.

Condições para o aumento da área de produção.

Marcada influência da Associação Interprofissional para o Desenvolvimento da Alfarroba (AIDA) no sector.

Pouca concorrência no mercado interno e externo para a grainha de alfarroba.

O fruto tem uma utilização diversificada.

AMEAÇAS

Forte concorrência estrangeira.

Grande variedade de preços.

Aparecimento de eventuais substitutos para a grainha.

A FLORESTA ALGARVIA

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Produção - Condições de produção - Rendimentos - Gestão dos meios de produção - Pluriactividade - Sensibilização da opinião pública - Actividades complementares	Maios de produção Detentores Espécies Condições sanitárias Tipo de mão de obra e empresário Impacto das políticas recentes de preços e mercados e socio-estruturais Floresta de uso múltiplo Localização das indústrias Floresta de uso múltiplo Acções de sensibilização e promoção Utilização da floresta	<ul style="list-style-type: none"> . Disponibilidade de áreas . Receptividade ao investimento . Espécies bem adaptadas . Possibilidade de utilização múltipla . Grande potencial para a pluriactividade na floresta, com a proximidade de centros turísticos . Projecto florestas em movimento . Rendimentos interessantes para o eucalipto, cortiça e alfarroba . Plano de Regional de Ordenamento Florestal aprovado 	<ul style="list-style-type: none"> . Baixa produtividade na floresta . Fragmentação da propriedade . Condições climáticas . Alto risco de incêndio . Baixa tradição associativa . Poucas espécies alternativas . Dificuldade de escoamento das produções . Revoluções longas . Elevado período de carência . Poucas iniciativas e falta de apoios específicos na pluriactividade . Falta de mais campanhas de divulgação inteligentes
Organização sectorial e da indústria - Domínio dos circuitos de comercialização - Estratégias empresariais - Estrutura financeira - Articulação com as actividades a montante - Valorização dos produtos florestais	Associações de produtores florestais Empresas de prestação de serviços Dimensão das indústrias Organização empresarial	<ul style="list-style-type: none"> . Circuitos de comercialização delineados para o eucalipto, cortiça e alfarroba . Estrutura financeira e estratégias empresariais fortes na indústria da celulose . Empresas de celulose com apoios ao arrendamento e contratos antecipados . Existência de organizações de produtores florestais dinâmicas 	<ul style="list-style-type: none"> . Falta de associativismo . Muitos intermediários na cortiça . Falta de informação dos produtores . Estrutura financeira das cortiças e serrações deficiente . Estratégias empresariais inexistentes para quase todas as produções . Falta de divulgação técnica no que respeita à valorização dos produtos

OPORTUNIDADES

A área existente no Algarve com características designadas de florestais, zonas serranas arborizadas ou não, o barrocal bravio e outros incultos rondará os 300.000 ha, o que constitui um enorme potencial de intervenção.

A área agrícola abandonada ou a abandonar, e nomeadamente as arvenses, rondará os 25.000 ha que será outro aspecto a ter atenção.

A área reflorestada e beneficiada no Algarve nas últimas três décadas é da ordem dos 60.000 ha.

A área florestal provem de uma utilização tradicional múltipla agrícola e pecuária, passível de recuperação quando se pretenda valorizar produções complementares. Os espaços florestais, arborizados ou não, têm de ser ordenados por forma a potenciar a sua rendibilidade e a defendê-los de agressividades exteriores como é o fogo.

O mercado da rolaria de eucalipto, da cortiça e da alfarroba, garante praticamente o escoamento de toda a produção.

Existe um grande potencial na exploração da caça e da pesca em águas interiores, para o que contribuem factores potenciadores como seja a forte indústria turística do litoral. A caça maior de cervídeos é uma oportunidade a explorar.

A caça pode associar-se a actividades de lazer e recreio florestal, à gastronomia tradicional e ao turismo rural.

A receptividade dos proprietários a novos apoios florestais com benefícios reais é muito satisfatória, e deverá ser devidamente explorada.

As indústrias de reciclagem e de energias renováveis poderão apresentar benefícios mútuos com o sector florestal.

AMEAÇAS

A incerteza do futuro e a rapidez das actuais transformações dos hábitos sociais, se por um lado trazem novas oportunidades, por outro anulam actividades que há poucos anos eram assumidas como seguras.

Os grandes períodos de retorno do capital florestal aliado à incerteza de segurança do mesmo, essencialmente devido a factores externos, conduzem à falta de iniciativa privada e associativa. Estes são factores negativos tendentes a um isolamento e falta de apoio aos proprietários rurais se visto num contexto de médio prazo, pós-apoios estruturais.

A falta de organização dos produtores florestais conduz a um menor poder negocial dentro do sector primário, o que provocará a sua marginalização. Numa visão de longo prazo, é fundamental apostar na produção florestal e para isso, as organizações de produtores assumem um papel fulcral. O aproveitamento de mais valias da floresta e de actividades complementares, destacando-se também o papel da floresta na regulação ambiental, terá de ser encarado como um desígnio nacional. As funções económica, social, ecológica e ambiental da floresta, têm de ser devidamente valorizadas para que este sub-sector se mantenha de uma forma sustentável.

A valorização do conhecimento técnico-científico e a articulação e integração da fileira florestal desde a produção até à última transformação, devem ser objectivos a atingir a curto/médio prazo.

A falta de cultura cívica e ambiental da população na sociedade actual é igualmente uma ameaça a considerar no futuro próximo.

Pastoreio clandestino

Tendência de monocultura relativamente a algumas espécies.

A influência ainda por determinar do efeito dos fogos florestais no ecossistema florestal.

PECUÁRIA INTENSIVA

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Produção - Condições de produção - Tecnologias - Produção/produktividade - Rendimento - Pluriactividade	Tipo e nível de utilização dos factores de produção Condições higio-sanitárias Tipo de mão de obra e empresário Especialização e orientação produtiva Impacto das políticas recentes de preços e mercados e socio-estruturais	. Boa produção, bons níveis de produtividade em relação ao investimento em mão de obra e infra-estruturas . Tradição de criação de gado bovino no Barlavento Algarvio	. Fraca ou nenhuma maquinaria. . Factores de produção elevados. Baixo rendimento do produto acabado. . Fraca protecção do Bem Estar Animal. . Infra-estruturas desactivadas . Regressão das explorações de bovinos de leite
Organização sectorial - Concentração da oferta - Domínio dos circuitos de comercialização - Papel dos canais (grossistas/retalhistas) no comércio dos produtos - Logística (rede de transportes) - Domínio dos canais de distribuição	Papel e peso das OP's e/ou outras formas de organização Papel do matadouro regional Formação dos agentes	. Núcleo de abate que serve a região . Associação de produtores activa . Vias de comunicação	. Mercado para o produto fresco é pouco, durante a maior parte do ano e sobe drasticamente durante os meses de Verão. A procura não é constante enquanto a oferta é. . Faltam estruturas de transformação para aproveitamento do excesso de produto.
Mercado e valorização dos produtos - Diferenciação/ Segmentação - Tendências de evolução	Concorrência Consumidor Produtos diferenciados Marketing	. Boa Qualidade dos produtos. . Diferenciação já existente para alguns produtos (enchidos de Monchique)	. Concorrência com outros produtos já produzidos em larga escala e facilmente disponíveis nos mercados. . Inexistência de 'Marketing' para os produtos. . Pouca informação sobre alguns produtos regionais (bovinos de carne) conduz a uma fraca procura e pouco consumo

OPORTUNIDADES

Criação de uma estrutura que reúna as condições necessárias para absorver excesso de oferta do produto fresco, transformá-lo e colocá-lo no mercado através de uma operação de 'marketing', bem fundamentada, principalmente para aproveitar o excesso de oferta.

Criação de incentivos à instalação de fábricas de ração na região, o que diminuiria em parte os custos de produção.

Criação de recolha de efluentes das explorações de suínos em pontos estratégicos com transporte para a produção de biogás.

Ausência de casos de BSE.

AMEAÇAS

Para a suinicultura, os produtos transformados em Espanha e noutras zonas do País, constituem uma ameaça.

A inexistência de indústrias de transformação tem, como consequência imediata, que os suinicultores tenham que recorrer a matadouros e fábricas externas à região para resolver o problema da oferta, diminuindo o lucro do seu produto.

A PECUÁRIA EXTENSIVA

	TÓPICOS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Produção <ul style="list-style-type: none"> - Condições de produção - Tecnologias - Produção/produktividade - Rendimento - Pluriactividade - Dimensão (escala) 	Propriedade dos meios de produção Condições higio-sanitárias Tipo de mão de obra e empresário Especialização e orientação produtiva Impacto das políticas recentes de preços e mercados e socio-estruturais Sistemas agrários tradicionais	<ul style="list-style-type: none"> . Protecção das raças autóctones . Rebanhos próprios . Raças autóctones de caprinos com vocação carne e leite 	<ul style="list-style-type: none"> . Produtores muitas vezes sem terra . Estrutura fundiária muito deficiente . Instalações deficientes . Subsídios baixos em zonas desfavorecidas e de risco . Deficiente maneio alimentar para algumas espécies
Organização sectorial <ul style="list-style-type: none"> - Concentração da oferta - Domínio dos circuitos de comercialização - Domínio dos canais de distribuição - Papel dos canais (grossistas/retalhistas) no comércio dos produtos - Logística (rede de transportes) 	Papel e peso das OP's e/ou outras formas de organização Desenvolvimento local e iniciativas em meio rural	<ul style="list-style-type: none"> . Controlo sanitário pelas OP's . Há várias iniciativas de desenvolvimento local . Concentração da oferta de alguns produtos (cabrito e borrego) no Natal e na Páscoa, quando há maior procura 	<ul style="list-style-type: none"> . Não há organização de produtores para a comercialização dos produtos . Produção de leite demasiado sazonal para uma boa comercialização
Mercado e valorização dos produtos <ul style="list-style-type: none"> - Diferenciação/Segmentação - Dimensão dos mercados locais - Tendências de evolução - Poder de compra regional 	Concorrência Consumidor Mercados locais Produtos diferenciados Marketing	<ul style="list-style-type: none"> . Valorização de produtos tradicionais e da pecuária extensiva . Valorização do leite 	<ul style="list-style-type: none"> . Desconfiança do consumidor quanto ao estado sanitário dos animais . Não existência de suficientes unidades transformadoras (queijos, chouriços, etc.)

OPORTUNIDADES

Quanto aos caprinos e ovinos, podemos dizer que tratando-se da exploração de raças autóctones, com bom potencial produtivo de carne e leite, há condições favoráveis para a melhoria da actividade.

Existência de condições excepcionais para a criação de porco de montanha na serra.

Receptividade aos produtos tradicionais com denominação de origem pelos consumidores.

AMEAÇAS

As condições sanitárias que existem e, nalguns casos, ameaçam a saúde pública são uma das maiores ameaças desta fileira.

O envelhecimento das populações e o êxodo rural continuam a ameaçar também a manutenção destas actividades.

Deficiente funcionamento da maior parte das Associações de Defesa Sanitária, que são responsáveis pelo controle sanitário.

A atribuição de prémios aos pequenos ruminantes é feita sem responsabilidade de saneamento.

O matadouro regional não dá respostas individualizadas e exige taxas sanitárias que para alguns casos não se mostram adequadas, pelo que não resolve o problema dos pequenos produtores da pecuária tradicional, afastados dos grandes centros.

D. Territorial:

Em termos territoriais, a região do Algarve apresenta grandes assimetrias, tradicionalmente traduzidas numa dicotomia acentuada entre o litoral e o interior. Este aspecto traduz-se em especificidades e incidências geográficas que caracterizam os seus diferentes territórios, com aptidões e potencialidades pertinentes. No entanto, a diversidade com que foram utilizados os diversos instrumentos de apoio dados à agricultura ao longo dos últimos anos e a crescente especialização no turismo como pólo dinamizador da economia traduzem-se em graus diversos de fragilidade ao longo da região, que concerteza recomendarão propostas de desenvolvimento próprias.

O Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA) lançou recentemente um trabalho – Portugal Rural: territórios e dinâmicas – em que esta abordagem territorial é feita de forma pertinente, sendo certamente relevante aproveitá-la no âmbito deste Plano Regional de Ordenamento do Território.

A região do Algarve deve assim, em termos agrícolas e pecuários, ser dividida em 12 grandes territórios, que se distinguem ao nível da dinâmica sócio-económica e da competitividade sectorial agrícola. Podemos identificar assim, de acordo com o GPPAA, os seguintes territórios:

g,1,1 – Campina de Faro, cujos sistemas produtivos característicos/ dominantes são os citrinos e horticultura.

g,1,2 – Vila Real de Santo António, cujo sistema produtivo característico/dominante é a horticultura.

g,3,1 – Lagos I, cujo sistema produtivo característico/dominante é a vinha.

g,3,2 – Lagoa, cujo sistema produtivo característico/dominante são os frutos secos e citrinos.

g,4,1 – Martim Longo, cujos sistemas produtivos característicos/dominantes são os ovinos e caprinos.

g,8,1 – Vila do Bispo, cujo sistema produtivo característico/dominante são as culturas arvenses.

g,10,1 – Várzeas de Aljezur, cujo sistema produtivo característico/ dominante são as outras culturas anuais (batata).

g,11,1 – Serra de Monchique, cujos sistemas produtivos característicos/ dominantes são os suínos.

g,11,2 – Cachopo, cujos sistemas produtivos característicos/ dominantes são as arvenses/ policultura.

g,12,1 – Litoral e Barrocal, cujo sistema produtivo característico/ dominante são os citrinos.

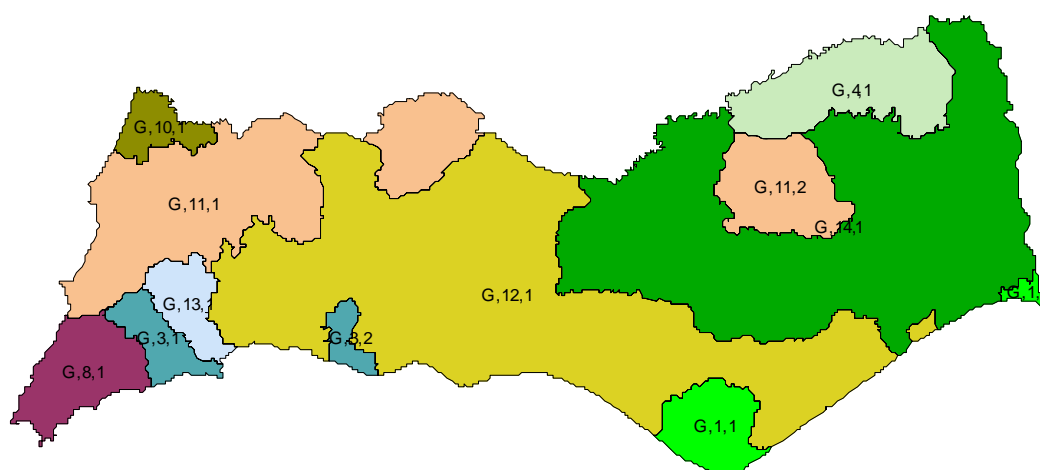
g,13,1 – Lagos II, cujo sistema produtivo característico/dominante é a policultura.

g,14,1 – Barrocal/ Serra, cujo sistema produtivo característico/ dominante é o pomar tradicional de sequeiro do Algarve (olival, amendoal, alfarrobal, figueiral).

As espécies florestais mais relevantes para a região podem igualmente ser consideradas nesta visão territorial. O eucalipto predomina no território Serra de Monchique, o sobreiro na Serra de Monchique e Barrocal/ Serra, o pinheiro manso no Barrocal/ Serra e Barrocal/ Litoral, o pinheiro bravo na Serra de Monchique, Vila do Bispo e Várzeas de Aljezur, a azinheira no Barrocal/ Serra e Martim Longo e, finalmente, a alfarrobeira no Barrocal/ Litoral e Barrocal/ Serra.

Tal como se pode ver na figura 1, destes 12 territórios, há dois, o Litoral e Barrocal e o Barrocal/ Serra, que se distinguem pela sua grande dimensão no contexto da região. No primeiro, 83,6% do território e 79,2% da população residente vivem num contexto sócio económico rural de dinâmica positiva, onde a competitividade da agricultura é elevada. Embora o rendimento do trabalho agrícola seja cerca de metade da média comunitária (EUR15), o rendimento da terra é quase o dobro da média comunitária. A Orientação Técnico-Económica dominante nas explorações agrícolas é a especialização em frutos frescos (citrinos). No segundo, há uma grande heterogeneidade ao nível da dinâmica sócio-económica, sendo que 69,4% do território e 37,1% da população residente vivem num contexto sócio económico rural de dinâmica frágil, contra 30,7% do território e 25,8% da população residente que vivem num contexto sócio-económico dinâmico. A competitividade da agricultura é alta em 55,4% do território e para 62,8% da população residente, mas frágil em 44,7% do território e para 37,1% da população residente. Embora o rendimento do trabalho agrícola seja cerca de metade da média comunitária (EUR15), o rendimento da terra é quase o dobro da média comunitária. As OTE's dominantes são as culturas permanentes combinadas ou dominantes, onde se inclui em larga medida o pomar tradicional de sequeiro do Algarve.

Figura 1 – Mapa dos territórios do Algarve

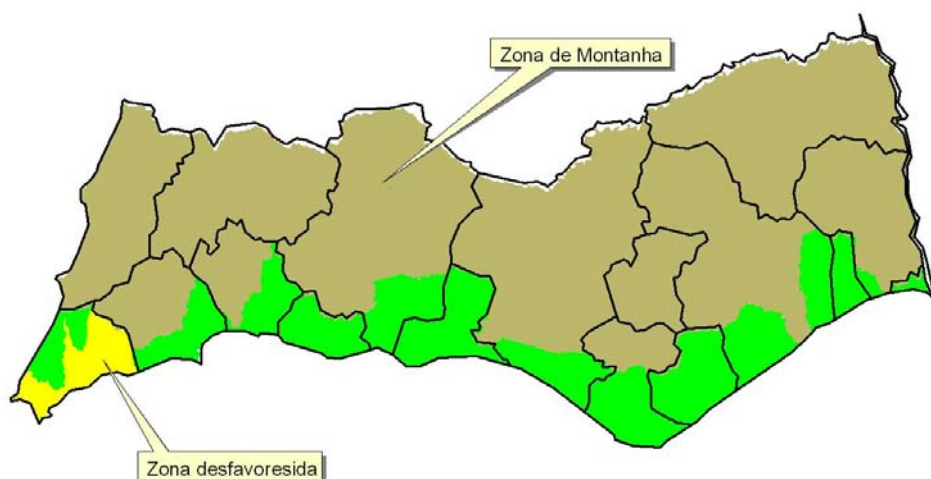


Fonte: GPPAA: Portugal Rural – Dinâmicas e Territórios

Dos restantes dez territórios, há dois para os quais a maioria do território apresenta um contexto sócio económico rural de dinâmica positiva, onde a competitividade da agricultura é elevada. Em contrapartida, há dois onde a maioria do território apresenta um contexto sócio económico rural de dinâmica positiva, mas onde a competitividade da agricultura é frágil e um onde, embora a maioria do território apresente um contexto sócio económico rural de dinâmica positiva, apenas cerca de

metade tem uma agricultura competitiva, enquanto na outra metade a competitividade da agricultura é frágil. Finalmente, existem ainda três territórios para os quais a maioria do território apresenta um contexto sócio económico rural de dinâmica frágil, mas onde a agricultura é competitiva e dois territórios para os quais a maioria do território apresenta um contexto sócio económico rural de dinâmica frágil e onde a competitividade da agricultura é também frágil, mas onde a agricultura é competitiva e dois territórios para os quais a maioria do território apresenta um contexto sócio económico rural de dinâmica frágil e onde a competitividade da agricultura é também frágil. Na figura 2, podemos observar a área do Algarve que é considerada Zona Desfavorecida, sendo desta a maior parte Zona de Montanha.

Figura 2 – Mapa das Zonas Desfavorecidas do Algarve: Zona de Montanha e Outras Zonas Desfavorecidas



Fonte: Universidade do Algarve, com base na base tabela utilizada pelo INGA no âmbito das IC's

É ainda pertinente, no âmbito deste estudo, considerar as áreas em que se podem produzir produtos certificados com base na sua origem – *Citrios do Algarve IGP* e *Mel da Serra de Monchique DOP* – uma vez que esta situação também recomenda que se tratem de forma particular estas áreas, que são as seguintes:

Figura 3 – Mapa da zona de produção de *Citrinos do Algarve IGP*

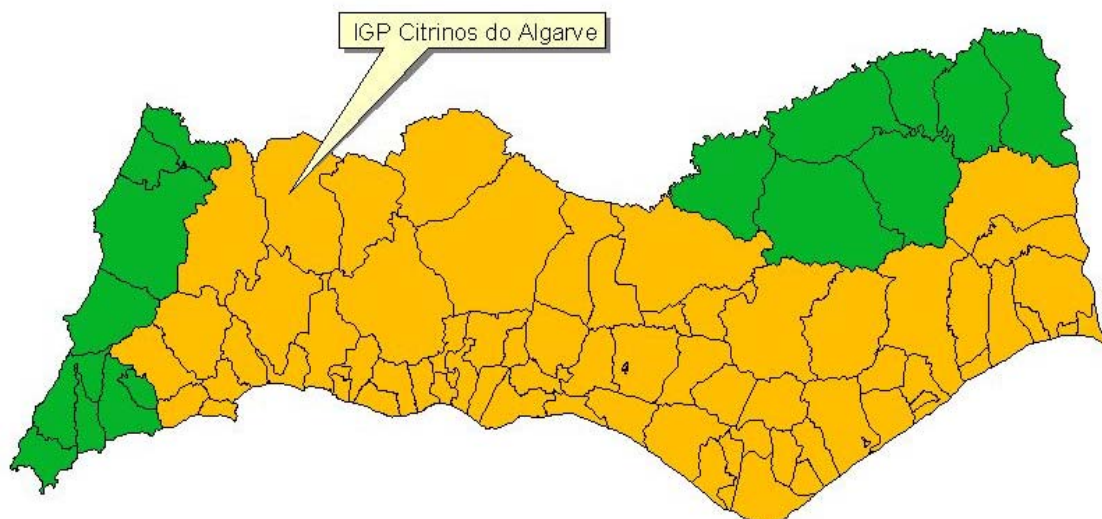
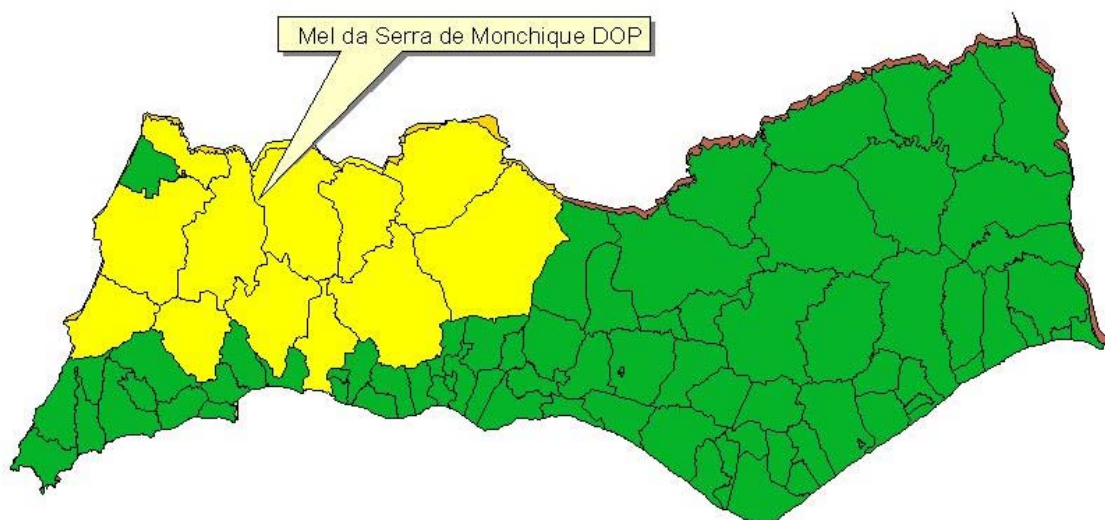


Figura 4 – Mapa da zona de produção de *Mel da Serra de Monchique DOP*



Nos gráficos seguintes podemos apreciar a o investimento apoiado no QCAII, por ha de SAU, para cada um destes territórios, a dimensão média das explorações e o rendimento da terra agrícola no território (gráficos 1, 2 e 3).

Gráfico 1:

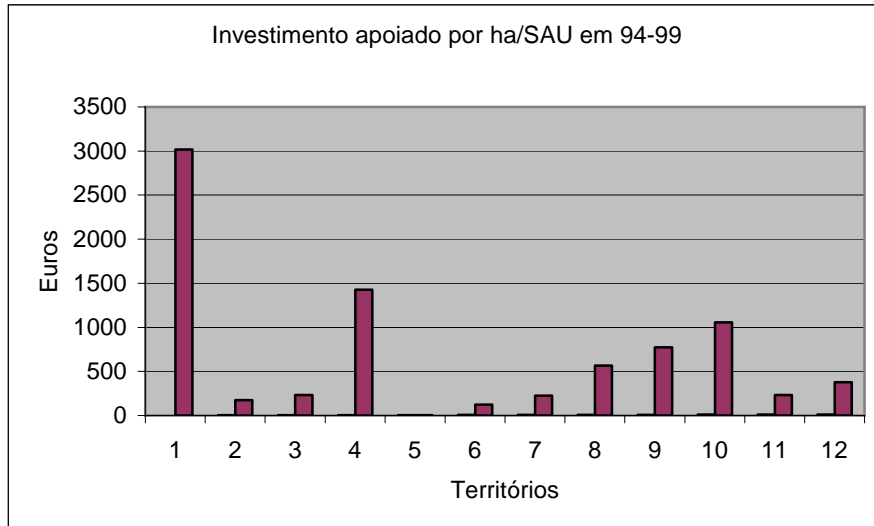


Gráfico 2:

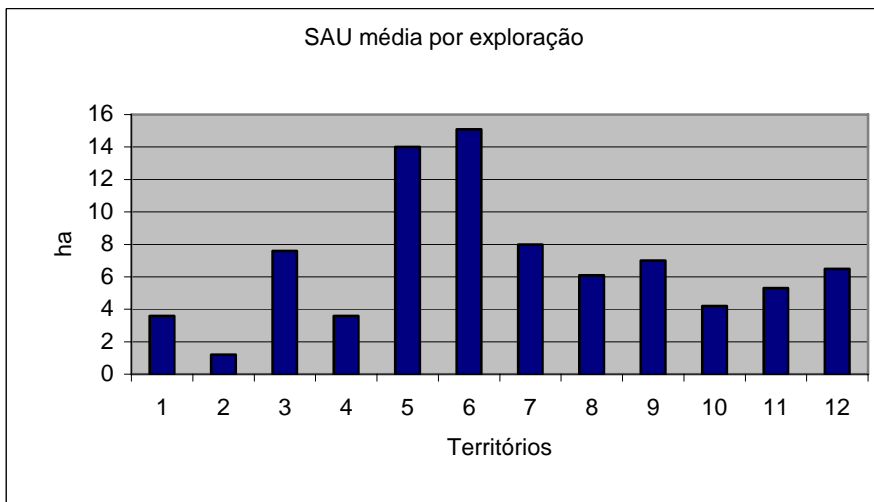
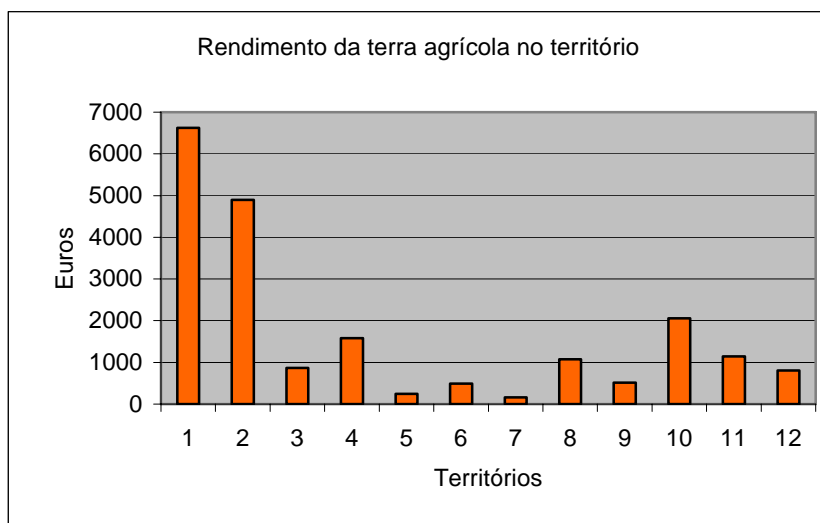


Gráfico 3:


De um modo geral, podemos dizer que existe uma relação inversa entre a dimensão média das explorações e o investimento apoiado, sendo que o rendimento agrícola do território está relacionado mais positivamente com o tipo de ocupação cultural dominante. Estas observações estão certamente correlacionadas com o facto de a maior parte do investimento apoiado ao longo do QCAII ter sido em horticultura intensiva e citrinos, e com especial incidência nos concelhos que compreendem os territórios Barrocal/ Litoral, Barrocal/Serra e Campina de Faro.

Em todos os territórios a idade dos produtores é muito elevada – 65% ou mais dos produtores têm idades acima dos 55 anos – e o nível de instrução é baixo – mais de 49% das explorações, em todos os territórios, têm chefes de exploração no máximo com o 2º ciclo do ensino básico completo. De uma forma geral, nos territórios que apresentam uma agricultura competitiva, o peso dos chefes de exploração com o ensino secundário ou mais é já significativo. Nos dois territórios em que à fragilidade da dinâmica sócio-económica se junta a fragilidade da competitividade da agricultura, observa-se que mais de 50% do rendimento das explorações é proveniente de reformas ou pensões de aposentação.

3. AS PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO/ OBJECTIVOS

A **estratégia de desenvolvimento agrícola e rural** insere-se nas **orientações** estabelecidas no quadro do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social para o período de 2000-2006 e, logo, na **estratégia e prioridades** do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR).

Neste contexto, assume-se como **objectivo estratégico** da política agrícola e de desenvolvimento rural o de promover uma agricultura competitiva em aliança com o desenvolvimento rural sustentável.

A nova política de desenvolvimento rural fundamenta-se na necessidade de assegurar uma melhor e mais acentuada coerência e compatibilidade entre a política de mercados da PAC e o desenvolvimento económico e social das zonas rurais comunitárias.

No Plano de Desenvolvimento Regional, as componentes principais relativas ao desenvolvimento agrícola e rural encontram-se formalmente incorporadas em dois **eixos prioritários**, nomeadamente: **Eixo 2** – Alterar o perfil produtivo em direcção às actividades de futuro, através do PO “Agricultura e Desenvolvimento Rural” e **Eixo 4** – Promover o desenvolvimento sustentável das regiões e a coesão nacional, através da Medida “Agricultura e Desenvolvimento Rural” dos Programas Operacionais Regionais. Os dois instrumentos de política que substanciam estes dois eixos deverão ainda ter impacte significativo sobre a Qualificação, o Emprego e o Desenvolvimento Social dos agricultores e das populações rurais concorrendo assim, também, para a realização do **Eixo 1** do Plano de Desenvolvimento Regional “Elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social”.

Ao nível territorial têm especial incidência a Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRIS) do Plano Operacional Regional, o Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS) e a Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural LEADER+.

Sendo os instrumentos de política com enquadramento regulamentar, financiamento e finalidades diferenciadas e actuando privilegiadamente sobre alguns dos objectivos específicos, torna-se necessário articulá-los/integrá-los no sentido de fazer convergir a sua acção. Esta convergência terá em conta a especificidade de cada instrumento e o sentido particular dos seus efeitos de modo a impossibilitar potenciais sobreposições, minimizar eventuais conflitos e potenciar sinergias e complementaridades e garantir uma verdadeira coerência entre os diversos instrumentos.

Os objectivos específicos do PDR para a agricultura e desenvolvimento rural são os seguintes:

1. **Reforço da competitividade das actividades e fileiras agro-florestais**, salvaguardando os valores ambientais e a coesão económica e social;
2. **Incentivo à multifuncionalidade das explorações agrícolas**, compensando-as pela prestação de serviços de carácter agro-ambiental ou outros de interesse colectivo, e, contribuindo assim para a sua **diversificação interna e viabilidade económica**;
3. **Promoção da qualidade e inovação da produção agro-florestal e agro-rural**, com vista a obter um crescimento sustentado da **produtividade** e a responder eficazmente às noivas exigências dos consumidores em matéria de **qualidade e de segurança alimentar**;
4. **Valorização do potencial específico e diversificação económica dos territórios rurais e apoio ao seu desenvolvimento e diversificação económica**;

5. **Melhoria das condições de vida e de trabalho e rendimento dos agricultores e das populações rurais**, através do seu rejuvenescimento e qualificação, da promoção do emprego, da defesa dos rendimentos e da garantia de acesso aos recursos e serviços essenciais ao desenvolvimento humano;
6. **Reforço da organização, associação e iniciativa dos agricultores**, nas vertentes socioeconómica e socioprofissional e dos **demais agentes do desenvolvimento rural**, considerando-os protagonistas e parceiros de primeira importância na definição e concretização da nova estratégia de desenvolvimento;

Tendo em conta estes objectivos globais o ordenamento do território para os próximos anos deverá ter em conta as especificidades bem patentes nos territórios definidos anteriormente, que aconselham políticas de desenvolvimento distintas, permitindo reforçar quer a competitividade da agricultura nestes territórios, quer a dinâmica sócio-económica dos mesmos. A estratégia a adoptar deverá assentar na **qualificação**, na **inovação** e na **multifuncionalidade**, que permitirão reforçar a competitividade económica das actividades e fileiras produtivas agro-florestais, incentivar a multifuncionalidade das explorações agrícolas, promover a qualidade e inovação da produção, valorizar o potencial específico dos territórios rurais, melhorar as condições de vida e de trabalho dos agricultores e das populações rurais e reforçar a organização, associação e iniciativa dos agricultores.